

TCC/UNICAMP

C146r

IE/458

ual de Campinas

mia

CE - 752 B Monografia II - Relatório Final



1290000458



IE

TCC/UNICAMP C146r



RACIONALIDADE ECONÔMICA E MEIO AMBIENTE

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

Leticia A. Camilo - RA: 962691

Orientador: Prof. Ademar Ribeiro Romeiro

Banca Examinadora: Prof. Bastiaan Philip Reydon ✓

Campinas, Janeiro de 2001. ✓

TCC/UNICAMP

C146r

IE/458

CEDOC/IE

ÍNDICE

Introdução	Pág. 01
Capítulo 1: Economia e Meio Ambiente	Pág. 03
Capítulo 2: Padrão de Consumo e Meio Ambiente	Pág. 09
Capítulo 3: Razão e Meio Ambiente	Pág. 19
Conclusão	Pág. 27
Bibliografia	Pág. 29

INTRODUÇÃO

O século XX é marcado pela ocorrência de grandes catástrofes ecológicas e pelo reconhecimento social do poder destruidor do homem. Os problemas ambientais são, reconhecidamente, frutos da forma de expansão da sociedade contemporânea, que se guia por uma racionalidade que desconsidera qualquer barreira não econômica à expansão material, como é o caso do limite imposto pelo desgaste do meio-ambiente.

O esgotamento dos recursos não-renováveis e a ameaça constante à capacidade do meio de assimilação da poluição são consequências do uso intensivo dos recursos naturais na produção capitalista. A relação do homem ocidental com o meio-ambiente tem trazido desequilíbrios visíveis e ameaças iminentes de catástrofes ecológicas irreparáveis.

A degradação da camada de ozônio, o aquecimento do globo terrestre e o empasse trazido pela enorme produção de lixo de nossa sociedade são exemplos de fenômenos que representam uma verdadeira ameaça para a continuidade da vida terrestre num padrão saudável e harmonioso de sobrevivência.

O estudo desses fenômenos, no entanto, têm causado enormes controvérsias nos meios acadêmicos e científicos quanto a seus riscos reais, as amplitudes de suas consequências e os processos causais que levam a seu aparecimento. Uma das poucas certezas com relação a esses fenômenos se refere ao caráter global de seus efeitos e causas, exigindo, dessa maneira, soluções e padrões de enfrentamento que envolvam todas as sociedades.

Uma ação coordenada globalmente, no entanto, representa um grande desafio para o mundo moderno. Não apenas por causa das diferenças culturais e desigualdades econômicas, mas porque toda a lógica da sociedade moderna, suas formulações científicas e seus instrumentos institucionais, se guiam por uma racionalidade imediatista e utilitarista que são incompatíveis com a natureza e as exigências da crise ambiental enfrentada atualmente.

O primeiro capítulo deste trabalho procurará demonstrar, através do estudo da incorporação do meio ambiente à estrutura de pensamento da Economia, como a lógica utilitarista, que invade e submete toda a formulação do conhecimento na sociedade moderna, acaba por conformar pressupostos

científicos insensíveis ao grau de urgência das questões ambientais e, dessa forma, padrões de enfrentamento que negligenciam tal urgência.

Esse capítulo se estruturará na crítica de uma linha mais heterodoxa do pensamento econômico, os denominados ecodesenvolvimentistas, à insuficiência dos mecanismos de mercado na assimilação das inter-relações das atividades humanas com o meio-ambiente. Não é o caso apenas de uma inadequação dos instrumentais da Economia, mas uma incompatibilidade de sua racionalidade, nos moldes clássicos, na explicação satisfatória dessa inter-relação.

O segundo capítulo vai tratar mais detidamente dos pressupostos econômicos que gera essa incompatibilidade. O pressuposto implícito nas formulações econômicas de que bem-estar (social ou individual) tem uma correlação direta com consumo de bens vai no sentido oposto às formulações que pensam uma sociedade ecologicamente viável e um desenvolvimento sustentável desta. Este capítulo procurará demonstrar a inconsistência lógica dessa correlação através das construções e argumentações críticas de vários autores escolhidos, que discutiram com mais ênfase nossa "sociedade de consumo".

Por fim, o terceiro capítulo irá discutir mais diretamente como a racionalidade econômica ocidental influencia a formação do conhecimento e do saber moderno e, dessa maneira, as bases do contrato social que informa os movimentos no interior da sociedade.

Através dessa discussão, constata-se que o padrão decisório e a imputação de responsabilidades que conformam essa racionalidade são incompatíveis com a nova realidade enfrentada pela sociedade, que se percebe cada vez mais afrontada pelos riscos colocados pela crise ambiental.

O Princípio de Precaução, conceito nascido no campo do direito, vem sendo densamente discutido e conclamado nos meios acadêmicos como o novo princípio que deveria nortear as mudanças institucionais e as decisões, sobre a racionalidade moderna, quando as questões tratadas envolvem alto grau de incerteza e danos irreversíveis. Esse capítulo faz uma introdução a esse novo conceito e tenta dar uma noção do estado em que se encontra essa discussão no campo das ciências humanas.

Como se pode observar através da montagem da estrutura desse trabalho, ele tem a pretensão de indicar os temas que julgo mais relevante para uma discussão mais realista e profunda das causas dos problemas ambientais que nossa sociedade vem presenciando. O tema de cada capítulo, se aprofundado, poderia ser objeto único de um trabalho monográfico. Minha escolha por apenas pincelar discussões assim tão complexas pretende demonstrar a interdisciplinariedade que envolve um entendimento real da relação do homem moderno com o meio-ambiente.

CAPITULO 1

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

A definição de meio-ambiente, assim como a destruição que vem sofrendo, podem ser vistas de diversas formas, dependendo da área do conhecimento humano que a enfoca. Vem ocorrendo, no entanto, uma tendência geral de atrelar o conceito de meio-ambiente ao de qualidade de vida. A expansão material e espacial da sociedade moderna tem degradado e desrespeitado constantemente o ambiente, constituindo assim um espaço físico cada vez mais hostil à saúde, aos sentidos humanos e dos demais seres que coabitam conosco.

Podemos tomar como exemplo dessa ênfase na qualidade de vida as críticas recorrentes a poluição sonora e visual dos grandes centros urbanos, resultado desse padrão de expansão econômica, que afetam os sentidos e interferem negativamente no estado emocional do homem, comprometendo a qualidade de vida e tornando o convívio social muito estressante.

No entanto, o enfoque que será dado neste trabalho à crise ambiental salientará os danos ambientais trazidos especificamente pela rápida expansão da extração de recursos naturais e a crescente pressão sobre a capacidade de assimilação do meio. O esgotamento de recursos naturais não renováveis e a poluição crescente do meio são fatores que podem comprometer, de uma forma mais imediata e letal, a continuidade da vida humana na Terra.

Essa essencialidade com que a questão ambiental se reveste obriga o seu reconhecimento como objeto de estudo das Ciências Econômicas. O que não poderia deixar de ser, dado que é sobretudo no entendimento das relações de reprodução e acumulação econômicas, e na racionalidade embutida nesse processo, que desvenda-se a relação da sociedade moderna com o meio-ambiente.

A primeira questão perturbadora que se coloca nessa análise é se o crescimento econômico, regido pela racionalidade da acumulação capitalista, é compatível com a convivência harmoniosa do homem com o meio. Dessa forma, a idéia de existir um trade-off entre crescimento econômico e meio-

ambiente que, levado ao extremo, poderia significar a existência de um limite absoluto ao crescimento, passa a assombrar as mentes de muitos economistas.

A incorporação do meio-ambiente às preocupações e ao vocabulário da Economia, enquanto ciência, é feita por meio da incorporação a modelos econômicos pré-existentes. O primeiro grupo de teóricos que obtém sucesso na sistematização de respostas econômicas a problemas ambientais são os denominados economistas ambientais neoclássicos.

A visão desse grupo de economistas pode ser sintetizada na chamada “*curva de kuznets ambiental*” que diz que a elevação da renda e da atividade econômica é acompanhada por uma elevação proporcional do nível de poluição até que seja atingido determinado nível de renda onde, a despeito da elevação continuada da renda, o nível de poluição passaria a declinar. Os autores reconhecem que a degradação do meio-ambiente é uma característica intrínseca ao processo de crescimento econômico. No entanto, a partir de certo nível de renda, onde é atingido um grau elevado de bem-estar e conforto material, as pessoas se dispõem a dispendar partes cada vez maiores de sua renda em troca de um meio ambiente mais saudável.

O próprio mecanismo de mercado, as livres forças de oferta e demanda, sinalizariam as variações na valoração desses “*bens ambientais*” e induziriam as mudanças institucionais e tecnológicas necessárias para o enfrentamento da crescente escassez desses bens e serviços, por meio da substituição de recursos escassos por recursos mais abundantes e da introdução de novas técnicas e processos menos poluentes.

No entanto, ressaltam esses economistas, que em se tratando de bens ambientais como o ar, a água, ciclos bioquímicos globais de sustentação da vida, capacidade de assimilação de rejeitos, paisagem, etc, esses mecanismos de mercado falham (Romeiro, 1999). Isso ocorre porque esses tipos de bens não possuem mercados específicos de transação; são denominados pela nomenclatura econômica de bens públicos e caracterizados pela ocorrência de dissociação entre os custos sociais e individuais das transações que os envolvem (as externalidades de mercado). “Para corrigir essas falhas é necessário intervir para que a disposição à pagar por esses bens possa se expressar à medida em que sua escassez aumenta.” (idem)

Medidas como a distribuição de direitos de propriedade sobre esses bens ambientais, ou a cobrança de taxas que imputem artificialmente o custo social das transações envolvidas, seriam soluções teóricas possíveis para o restabelecimento do equilíbrio nesse mercado, ao mesmo tempo,

encerram a vantagem, na visão neoclássica, de não afetar a livre alocação de recursos e, dessa forma, a eficiência econômica.

Essa linha de pensamento neoclássica enfrenta a insurgência de críticas isoladas, de várias naturezas, mas que aos poucos ganham coerência e passam a integrar uma linha de pensamento que convencionou-se chamar economia ecológica. Os vários autores dessa corrente possuem como elo de identificação a defesa de um “desenvolvimento sustentável” pautado em uma opção “quase moral” da sociedade, que perpassasse as instituições econômicas e a lógica que as compõem. As proposições dos economistas ecológicos visam mostrar a insuficiência dos mecanismos de mercado no enquadramento da crise ambiental e, mais que isso, mostrar que somente mudanças de rumo da civilização ocidental, no que tange a sua ética, sua racionalidade e estilo de vida, podem nos poupar de uma catástrofe ecológica irreversível.

A primeira crítica importante feita pelos economistas ecológicos se refere à formação de preço no mercado que, ao contrário do que prega a análise neoclássica, não se guia pela escassez relativa dos bens e sim pelo grau de dificuldade de sua produção, o que não levaria, necessariamente, à formação de um nível de preço favorável ao reequilíbrio ambiental, já que o avanço tecnológico torna os custos de extração e elaboração de matérias primas muito baratos. Essa crítica se reporta mais diretamente ao otimismo neoclássico quanto à auto-regulação no mercado de bens ambientais (renováveis ou não), transacionáveis em mercado.

Uma segunda questão que se coloca, que também abala esse otimismo, se refere ao conceito de “*ponto ótimo de poluição*”. Com esse conceito os economistas ambientais se reportam à variações marginais no nível de poluição que tenderiam a um ponto onde o custo de degradação do meio se igualaria ao custo de controle desta.

No entanto, essa possibilidade teórica de cálculo econômico fica comprometida porque não há sentido em se falar em equilíbrio quando a capacidade de assimilação do meio é ultrapassada. A assimilação da poluição não apresenta efeitos imediatos que possam tornar visível seu nível. Isso ocorre porque o meio-ambiente possui a tendência de se reorganizar, numa tentativa de auto-preservação que acaba por torná-lo mais sensível e frágil a cada escalada no nível de poluição e degradação, de uma forma não mensurável pelos seus efeitos. O fato da capacidade de assimilação ser ultrapassada em um dado período, reduz a capacidade de assimilação no período seguinte e assim, sucessivamente, até esta se esgotar. Existe, portanto, uma “destruição líquida” sendo que somente suas

consequências de segunda ordem, aquelas que afetam o nível de bem-estar a curto prazo, são levadas em conta. (Romeiro, 1999)

A inadequação dos mecanismos de mercado à incorporação do meio ambiente também é discutida pelos economistas ecológicos no nível das variáveis econômicas de mensuração. Esses autores chamam a atenção sobretudo para os índices de crescimento que desconsideram totalmente o efeito da atividade econômica sobre o meio-ambiente. Um exemplo clássico utilizado é a variável macroeconômica do produto nacional bruto (PNB) que se eleva quando, por exemplo, há um aumento do consumo de remédios ou da fabricação de papel desconsiderando, dessa forma, que tais fatos espelham o aumento de doenças (muitas vezes causadas pelo próprio ritmo e natureza do processo de produção capitalista) ou se significam, no caso de algumas indústrias de papel e celulose, um aumento do desmatamento irracional de grandes áreas verdes.

A adoção de metas práticas que visem o desenvolvimento sustentável exigiria, portanto, a confecção de “índices verdes” que levem em conta os contra-efeitos da produção na mensuração do crescimento econômico alcançado por uma sociedade. A idealização de um IDS (índice de desenvolvimento sustentável) também teria a função de um instrumento ideológico, e pedagógico, na luta pela conscientização ambiental.

Retomando a argumentação neoclássica, verificamos a importância atribuída às variáveis de mercado na indicação de mudanças de trajetórias técnico-científicas e a influência dessas mudanças nos padrões de produção e consumo. Corrigidas as falhas de mercado que rondam alguns bens ambientais, as variações dos preços de mercado seriam uma medida fidedigna de escassez relativa desses bens guiando, dessa maneira, inovações científicas compatíveis com a demanda de um meio-ambiente mais saudável.

É notável a importância que os neoclássicos atribuem ao progresso técnico-científico na evolução social e econômica da sociedade, tomando por pressuposto, como herança do Iluminismo, uma tendência de progresso nas evoluções tecnológicas que apontariam para esse equilíbrio social. Essa crença, aliada à fé na razão e na superioridade da organização das sociedades ocidentais, caracteriza o pensamento moderno e rege as correntes de pensamento predominantes, não só na Economia, mas em todas as ciências.

Esse otimismo tecnológico também é objeto de crítica de alguns autores da linha menos ortodoxa da Economia, que apontam a característica “*path dependence*” da evolução tecno-científica e o papel reflexivo que o conhecimento detém na sociedade moderna.

A primeira característica se refere ao fato do progresso tecnológico estar preso a uma trajetória científica, eleita dentre várias alternativas iniciais, e que delineia toda a cadeia de relações econômicas posteriores, tornando as mudanças de trajetórias científicas muito mais complexas do que pressupõem os ortodoxos.

A crítica mais direta é que além da dificuldade maior, representada por uma mudança da base tecnológica atual, dado que necessitaria de transformações drásticas em todo sistema de valores que guiam as instituições modernas, o tempo requerido para a readaptação técnico-científica está longe da instantaneidade que pretende os modelos econômicos dos ambientais neoclássicos. Qualquer redirecionamento tecnológico enfrenta grande resistência da sociedade por implicar numa reorganização geral das relações econômicas, significando certamente o sucateamento de muitos processos produtivos, que se traduz em perdas de enormes vultos de capital.

A crítica dos economistas heterodoxos está embasada em uma visão de que a ciência, longe de ser neutra em suas “escolhas” tecnológicas, é influenciada e coevolui com as instituições e a cultura. Existe uma reflexividade na formação do conhecimento moderno que, em sua pretensão de explicar e sistematizar os fenômenos sociais e naturais, acaba por influenciá-los, ao mesmo tempo em que é influenciado por eles. Em outras palavras, o conhecimento transforma e é transformado por seu objeto.

Na realidade, esse conjunto de críticas põe em dúvida os princípios que estão por traz do otimismo tecnológico neoclássico: a instantaneidade temporal e a reversibilidade total dos fenômenos. Sob a visão ecodesenvolvimentista de meio-ambiente esses pressupostos se tornam extremamente simplificados, irreais e insuficientes ao tratamento da questão ambiental. O meio-ambiente é visto como uma cadeia de relações extremamente complexas, compondo um sistema de equilíbrio múltiplo onde não se pode prever os resultados finais de alterações em qualquer um de seus elementos. Dessa maneira, é acentuado o ambiente de incerteza que cerca as questões ecológicas através do caráter de irreversibilidade de que muitas se cercam.

Em relação à questão da irreversibilidade, a visão crítica se baseia em uma lei física, denominada 2ª Lei da Termodinâmica, que afirma que os materiais apresentam uma tendência natural de perda de energia. Em termos práticos, isso significa que existiria um limite de reciclagem dos materiais: depois de um certo número de reciclagens, o material começa a perder suas propriedades e, dessa forma, sua utilidade inicial.

Esse argumento também nos remete de volta à questão da incompatibilidade entre crescimento e meio-ambiente. De acordo com essa lei física, mesmo que houvesse avanços tecnológicos que

poupassem e substituíssem recursos, não eliminaria o fato de estarmos sob um estoque finito de materiais, o que claramente evidencia a inviabilidade do padrão de consumo atual.

Já é consenso entre todos os estudiosos que um desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável tem de passar necessariamente por uma mudança na natureza e no volume do padrão de consumo material. Os países desenvolvidos têm um papel muito importante nessa mudança porque seu modelo de desenvolvimento e de consumo é tomado como padrão mundial e emulado pelas demais nações. Não é difícil imaginar a catástrofe ambiental que ocorreria caso o padrão de consumo americano ou europeu fosse generalizado por todo o globo terrestre.

A despeito da evidência desse fato, notamos grande propaganda e incentivo a esse estilo de vida que, regidos por uma visão utilitarista e economicista, usam como mote a correlação entre felicidade e bem-estar a um alto nível de consumo material.

O consumo conspícuo configura-se como uma característica muito importante da sociedade moderna e, ao mesmo tempo, uma fonte muito importante dos principais problemas societários enfrentados por ela.

CAPITULO 2

PADRÃO DE CONSUMO E MEIO AMBIENTE

Nesse segundo capítulo nossa análise é centrada no papel do consumo na sociedade ocidental. Muitos dos autores que trataram desta temática não tinham em mente a questão ambiental especificamente; as posições variam de uma tentativa de contribuição mais realista à teoria do comportamento do consumidor, no caso dos autores da área econômica, ou de demonstrar que o padrão de consumo deve ser visto sobretudo como expressão mais forte das relações sociais no interior do sistema capitalista, numa visão mais sociológica. Qualquer que seja a vertente adotada, a contribuição desses vários autores é de grande valia para a discussão das consequências ecológicas e sociais do padrão de consumo moderno.

O objetivo desse capítulo é desconstruir um pressuposto chave da Economia que considera bem-estar e consumo de bens como sinônimos; desconstruir a idéia de que a demanda depende apenas da renda, desconsiderando, dessa forma, os desejos e interesses socialmente construídos.

Para a teoria econômica o consumo de bens tem a finalidade de suprir as necessidades de reprodução do homem como indivíduo social, além das suas necessidades físicas mais vitais. Nunca foi um objeto privilegiado da Economia o estudo das variações qualitativas no consumo; a intensificação e generalização do consumo conspícuo no pós-guerra, por exemplo, não encontra sua explicação nas teorias de comportamento do consumidor. Se observarmos a evolução dessa ciência notamos que a partir do século XVII houve um direcionamento das explicações dos fatos econômicos para o “paradigma produtivo”, deixando de lado as teorias que se baseiam na lógica da demanda.

Por meio da crítica à construção lógica de que a aquisição de uma gama superior de bens leva a um nível maior de felicidade, pretende-se dar abertura para uma discussão mais significativa do padrão

de consumo dentro da teoria econômica, questão essencial quando se pensa a crise ambiental que enfrenta a sociedade moderna.

A estrutura da argumentação desse capítulo reúne as formulações sobre a formação das necessidades que conformam esse padrão de consumo, se utilizando de autores que se expressam tanto pela lógica econômica quanto pela lógica social e psico-social, e pretende contribuir para a formulação de novos conceitos que ajudem no entendimento da relação do homem moderno com o meio-ambiente e, dessa forma, possibilitar sua mudança.

A conclusão desse capítulo reforçará a argumentação da inviabilidade ecológica do padrão de consumo ocidental, mas também sua inviabilidade social, trazendo à tona, inevitavelmente, algumas questões sociológicas que, dado seu grau de complexidade e a delimitação do objeto desse trabalho, não serão aprofundadas.

A hipótese central do estudo é de que, numa sociedade que já alcançou um certo nível de vida, superior ao de mera subsistência, o crescimento econômico deixa de ser o elemento central de bem-estar social, dando lugar aos elementos de coesão do tecido social: as convenções de correção e civilidade presentes nessa sociedade. (Mishan, 1989)

As grandes somas gastas com publicidade e o estímulo representado pelo rápido avanço tecnológico têm o papel de criar constantemente insatisfação e mecanismos sociais de transformação de bens supérfluos em bens de primeira necessidade. São esses mecanismos de criação de insatisfação pessoal os principais elementos que distanciam bem-estar e crescimento produtivo.

O consumo desenfreado, componente desta ilusão utilitarista que ronda o ideário ocidental, tem a função social de prover uma "liberdade" compensatória para a rotina alienante da jornada de trabalho, ao mesmo tempo que representa uma tentativa constante de identificação social e pessoal. Em uma sociedade cada vez mais padronizada em suas respostas institucionais, o consumo representa uma forma de privatização da vida moderna, uma fuga da "cultura do público", uma forma de readquirir intimidade e reafirmar participação dentro da sociedade, ainda que, paradoxalmente, isto se dê através de escolhas inseridas em padrões também pré-estabelecidos. (Friedman, 1994)

A desvinculação entre consumo e bem-estar afeta sobremaneira um pressuposto muito importante dentro da Economia. O crescimento econômico e o aumento das forças produtivas sempre foram o objeto preferencial dessa ciência que, durante muito tempo, carregou o rótulo de "ciência da escassez". Notamos, entretanto, que essa lógica presente na constituição da Economia enquanto ciência, ainda permanece como fio condutor de seus processos internos e discussões teóricas.

“Os economistas, sejam eles marxistas ou liberais, pensam todos no fundo a mesma coisa. A única causa do mal no mundo, da violência, do vício e da miséria é a escassez. As necessidades naturais, a dominação das coisas suspendem a moral. Os homens não escolhem o mal contra o bem. Simplesmente não escolhem. A parcimônia da natureza condena-os à guerra. Ora, a raridade, que é fonte da violência, é também a mãe da Economia.” (J. P. Dupuy, 1980)

A teoria neoclássica não só repousa sob essa lógica mas agrega outros pressupostos: o indivíduo é o melhor juiz de seus próprios atos e escolhas, nem a intensidade das necessidades e desejos, nem a capacidade dos bens de satisfazê-los, são afetados pelas rendas de outras pessoas. Deduz-se, então, por inferência, que quanto mais bens maior a satisfação (a utilidade total), a despeito da lei da utilidade marginal decrescente.

No entanto, é possível supor que com a recuperação das críticas à “sociedade de consumo”, aos mecanismos de criação de necessidades e à forma como essa sociedade se relaciona com os objetos, a relação entre bem-estar e crescimento poderá ser vista de forma menos direta. É, no entanto, a insustentabilidade ecológica dessa forma de organização social, representada pela depredação do meio físico e também pela depredação do ser humano aliada a ela, que suscita e reafirma esse grupamento de críticas.

A grande efervescência dessa discussão se deu nos anos 70 onde muitos economistas escreveram sobre a sustentabilidade ecológica, social e econômica do padrão de consumo vigente.

Jonh kenneth Galbraith, em sua obra *"A sociedade afluyente"*, a despeito de não estar diretamente preocupado com a questão ambiental e de sua análise estar basicamente focada na sociedade americana, acaba por contribuir para a discussão dessa problemática na medida em que aborda a fixação da sociedade moderna com a produção e o sucesso econômico.

O autor vai contrariar a idéia convencional do período, sustentada por grande parte dos economistas que participavam dos debates sobre desenvolvimento econômico, de que todos as mazelas sociais e a crescente desigualdade distributiva poderiam ser resolvidas através do desenvolvimento produtivo e tecnológico; idéia essa consagrada pelo “renascimento” do mercado nos Estados Unidos do pós-guerra e a subsequente revolução keynesiana.

Galbraith tem como principal objetivo a investigação dos condicionantes da exclusão social e faz isso através de um caminho pouco comum. Nessa explicação ele passa pela conformação da mentalidade de nossa sociedade que, segundo ele, se orienta pelo passado, onde toda a energia era voltada para a preocupação com o suprimento das necessidades básicas da vida humana.

“ A primeira tarefa é ver o modo como nossas atitudes econômicas estão enraizadas na pobreza, na desigualdade e nos riscos econômicos do passado” . (pp. 36)

As nossas convenções estariam sendo guiadas por uma atitude preventiva frente ao perigo da escassez, que levaria a uma preocupação constante com a produção. A crença generalizada na eficiência do mercado sob livre concorrência e no desenvolvimento econômico como fontes de resolução dos conflitos sociais é uma constante nessa visão economicista, que acredita que a elevação do emprego e renda, levando a uma consequente elevação do consumo, seria suficiente para suprir as aspirações humanas, nessa visão, limitadas à sobrevivência.

O quadro sócio-econômico da década de 70 nos Estados Unidos, no qual o autor apóia toda sua análise, o leva à reflexão de que a tendência à desigualdade social, presente no capitalismo, é potencializada pela primazia do investimento privado sobre o investimento público. Esse período, em contraste ao pós-guerra, se caracteriza por uma reversão da tendência anterior de elevação do investimento público. O investimento privado passa a ser o carro chefe na dinamização da economia, precedendo da função "estabilizadora" do gasto governamental. No entanto, Galbraith percebe que esse processo de privatização do investimento tem um papel muito importante na perpetuação da condição de desigualdade; áreas essenciais como educação, habitação, saúde e recreação deixam de ser satisfatoriamente atendidas, fator que penaliza enormemente as classes mais pobres da sociedade.

Associado a esse conjunto de fatos, Galbraith flagra uma sociedade cada vez mais opulenta que apresenta critérios de necessidades materiais cada vez mais exigentes, induzidos pela publicidade e pela rivalidade inerente ao comportamento do consumidor.

Em suas palavras:

“ Os aumentos no consumo, que são o equivalente aos aumentos da produção, atuam por sugestão ou por rivalidade para criar necessidades através da publicidade e técnicas de venda. As necessidades assim acabam dependendo da produção. Em termos técnicos, não é possível mais sustentar que o bem-estar seja maior com um nível geral de produção alto de que com um mais baixo. Pode ser o mesmo. O nível mais alto de produção tem, simplesmente, um nível mais alto de satisfação das necessidades ”. (pp.175)

E, se voltando para a questão da desigualdade social, Galbraith responde aos críticos que defendem o crescimento produtivo como solução aos males sociais: “ Sugerir que não podemos pensar na forma como usamos nossa riqueza, até que todo mundo, ou quase todo mundo, alcance um certo

mínimo, é o mesmo que dizer que nunca se pensará nisso, pois o mínimo decentemente adequado aumentará com o aumento da riqueza.” (pp. 29)

Por fim, o autor se coloca duas questões, essenciais para o entendimento de sua ótica nesse livro: “ Será que essa gente continuará por muito tempo satisfeita com o objetivo assaz mundano de uma afluência sempre crescente que o sistema coloca como o mais alto objetivo do homem? Não poderá um dia surgir descontentamento com uma sociedade no qual a única preocupação é alcançar o sucesso econômico? ” (pp. 34).

Moises Abramovitz, em sua obra intitulada *"Thinking about growth"*, também vai discutir bem-estar social, fornecendo uma análise muito rica sobre a construção desse conceito no interior da Economia. O autor recoloca a questão através de uma análise das variações que esse conceito vai sofrendo ao longo do tempo. O avanço econômico, que antes fazia parte de uma idéia mais geral de bem-estar, que também tinha como pressupostos o avanço intelectual, moral e espiritual, agora passa a ser identificado com o próprio conceito de bem-estar social.

Essa inversão lógica no conceito de bem-estar faz parte de uma crença maior no progresso econômico, materializado na aquisição de uma gama maior de bens e na elevação da produtividade, como o messias que poderá libertar o homem de sua luta diária pela sobrevivência e do trabalho maçante. Dessa maneira, um tempo maior de sua vida poderia ser despendido com seu desenvolvimento intelectual, moral e espiritual.

Essa visão utópica presente na formação do pensamento liberal é negada pelo autor que vai demonstrar em seu trabalho a complexidade das relações embutidas no sistema capitalista, através da demonstração de que, a despeito da elevação da riqueza material da sociedade moderna, as pessoas não se consideram mais felizes. “ Manifestly, the way income is earned and the way it is spent affect the very nature of people and the relations among them.” (pp. 326). Vejamos sua estrutura de argumentação.

Abramovitz vai se utilizar de dados empíricos para comprovar que a realidade se apresenta de forma distinta da traçada pelos modelos e pressupostos econômicos. O autor cita uma pesquisa feita nos Estados Unidos pelo Gallup Poll e o National Opinion Research Center, analisada por Richard Easterlin que não encontrou, como se esperava, uma correlação positiva, ao longo do tempo, entre renda e felicidade. Essa pesquisa consistia na auto-qualificação do entrevistado em “muito feliz” , “feliz” e “não feliz”; era classificado por nível de renda e abrangia um período de 30 anos (1940/70). Easterlin comprovou que, num dado período, havia uma correlação positiva entre classe de renda e

felicidade mas, ao longo do tempo, considerando-se que o período analisado representou um período de grande crescimento da economia americana, a correlação não se manteve; percebeu-se que, a despeito do crescimento da renda, a proporção das pessoas que se consideravam “muito felizes” se manteve constante. Esse fato ficou conhecido como o paradoxo de Easterlin e gerou grandes discussões acadêmicas.

Vários autores de peso formularam explicações para esse fenômeno. Abramovitz começa por recuperar a tese defendida pelo próprio Easterlin, que funda sua explicação na psicologia social. Segundo Easterlin, a satisfação que uma pessoa obtém com sua renda não depende de seu nível absoluto, mas da relação com as variações na renda das outras pessoas da mesma comunidade. Dessa forma, se há um aumento no nível geral de renda, mas não mudanças nas posições relativas, então ninguém terá seu nível de satisfação alterado. Esse fenômeno, facilmente observável no comportamento psicológico individual, é generalizado, pelo autor, para o nível social. Nesse instante, Easterlin está pondo a baixo um pressuposto essencial da teoria neoclássica do comportamento do consumidor, no se refere à formação das preferências: a existência de externalidades.

Outro autor citado e que busca sua explicação na moderna psicologia do indivíduo é Tibor Scitovsky. Segundo sua teoria, as pessoas se sentem mais estimuladas no processo de satisfação de um desejo inicialmente reprimido do que na satisfação em si e na rotina que essa satisfação vai representar. Isso significa que o nível de satisfação não depende – ou no mínimo, não apenas – do nível de renda mas da sua taxa de crescimento, ou melhor, da possibilidade de ascensão social. Nesse sentido, podemos concluir que nós teríamos que passar a crescer mais rápido para nos tornarmos mais felizes, ao passo que deveríamos nos manter crescendo para ficarmos no mesmo lugar.

A última justificativa abordada por Abramovitz neste trabalho está baseada em uma explicação mais econômica do “paradoxo de Easterlin”. Essa argumentação parte da constatação de que com a elevação da renda, há uma tendência geral de elevação do preço do espaço e do tempo.

Abramovitz elege Fred Hirsch no desenvolvimento da primeira parte dessa proposição: uma elevação da renda provoca uma elevação, no mínimo proporcional, do preço do espaço. Hirsch argumenta que o aquecimento econômico sempre é acompanhado por um aumento da procura por maiores espaços, melhor localizados, elevando dessa forma os preços dos imóveis, tendo como consequência mais imediata uma anulação do aumento inicial na renda.

A elevação do preço do tempo, por sua vez, é discutida por Stefan Linder que argumenta que, como ocorre com a função de produção, os consumidores agem pautados por um cálculo mental, onde

combinam aquisições materiais e tempo de lazer, na proporção que produza uma maximização da satisfação. No entanto, uma elevação do nível geral de renda é sempre acompanhada por uma elevação da produtividade o que significa que em menor tempo o trabalhador passa a produzir um maior número de bens. O tempo do indivíduo passa então a valer proporcionalmente mais que os bens produzidos sobre a nova base técnica.

Supondo-se uma distribuição equitativa do excedente econômico, um aumento da produtividade, que significa mudanças dos preços relativos do trabalho e dos bens, acarretaria uma realocação no consumo em favor dos bens materiais, mais baratos agora.

Ocorre, portanto, uma elevação do consumo de bens em detrimento do consumo de tempo de lazer, devido à mudança dos preços relativos. Entretanto, a rotina do consumo de bens se torna cada vez mais chata e carente de estímulos ao passo que, as experiências e atividades que são repletas de estímulos – as artes, literatura, atividades esportivas, viagens, etc. – geralmente demandam muita preparação, treino e ativo envolvimento, ou seja, tempo. O preço mais baixo dos bens, por outro lado, nos seduz a um mais imediato, porém confortante hábito de satisfação: o consumo desenfreado.

Visando suprir a carência de um nível superior de satisfação que poderia ser proporcionado por um maior consumo de tempo livre, consumo este desfavorecido pela tendência histórica de elevação do seu preço, o homem troca um sentimento mais intenso por pequenos relances momentâneos de prazer causados por rápidas trocas de bens, onde cada nova aquisição possui um grau de estímulo inferior à aquisição anterior.

Essa proposição de aumento do preço do espaço e do tempo, atinge sua meta de justificar o "paradoxo de Easterlin", na medida em que explica porque uma elevação do nível geral de renda não leva necessariamente a uma elevação do bem-estar social. Para enfatizar seu ponto de vista, Abramovitz finaliza sua argumentação com uma frase que sintetiza bem seu objetivo neste trabalho: "... the "poor" cannot ever hope to live like the "rich", no matter how rich they become." (pp. 337)

Esse capítulo não poderia ser concluído sem a análise mais detida de um trabalho muito importante da literatura sobre "sociedade de consumo": *"Frustraciones de la Riqueza: la satisfacción humana y la insatisfacción del consumidor"*, onde Scitovsky faz uma abordagem original, que perpassa o jogo do marketing e da propaganda na formação das necessidades da sociedade moderna.

Tibor Scitovsky inicia seu trabalho criticando a classificação dos bens utilizada pelos economistas, argumentando que representa um instrumento de análise que torna opaca a relação que o homem ocidental trava com os bens materiais. A classificação entre bens de primeira necessidade e

bens de luxo pressupõe uma relação que envolve apenas uma necessidade física, escondendo todo o simbolismo cultural e a relação psicológica que a aquisição de um bem representa em nossa sociedade.

Essa classificação não distingue entre evitar a dor e a busca do prazer e, quando se infere as preferências do consumidor de seu comportamento no mercado, não se pode saber se este escolheu um bem para reduzir a sua dor ou incrementar seu prazer, distinção importante para a compreensão de uma sociedade que se caracteriza cada vez mais por sua afluência.

A classificação proposta por Scitovsky foi extraída dos estudos da "Moderna Psicologia", que também usa classificar os bens, ou melhor, o significado que eles têm para as pessoas, em defensivos e criativos. Bens defensivos seriam os bens destinados a prevenir ou remediar as dores, enquanto os criativos seriam os bens que proporcionam ao homem alguma satisfação positiva. Essa classificação tem a vantagem de admitir que um mesmo bem pode servir às duas categorias e que há uma linha divisória muito tênue entre elas.

Uma análise mais superficial tende a levar ao erro de demasiada simplificação desses conceitos, no sentido de se considerar que a demanda de bens defensivos seria facilmente saciável, na medida em que está associada com o evitar a dor; quando cessa o estímulo, cessa também a necessidade. No caso dos bens criativos, imagina-se que sua demanda não seja facilmente saciável, pois que o desejo de prazer nos parece insaciável.

No entanto, Scitovsky tem o objetivo de colocar mais critério nessa afirmação pois que a própria saciedade é um sentimento social e culturalmente construído. Toda sua argumentação vai passar por essa prova e a via escolhida por ele é a contínua transição dos bens em nossa sociedade, da categoria defensiva para a criativa.

O homem tem a necessidade vital de pertencer a um grupo e precisa adquirir comportamentos que garantam sua aceitação. O consumo é a expressão mais marcante da sociedade capitalista, o demarcador de território social, o fator de identificação e de reconhecimento do eu social.

“Pero el poder del precedente, de la costumbre, la moda, los movimientos de masas, testimonian la gran fuerza que tiene en el hombre el deseo de imitar y conformarse al comportamiento del grupo al que pertenece o desea pertenecer. Mi interés por el comportamiento imitativo se limita al consumo de posición social, la parte de las compras del consumidor motivadas por su deseo de obtener y afirmar su calidad de miembro en la sociedad que lo rodea.” (pp. 129)

A marginalização social em nossa sociedade se dá e se expressa , preferencialmente, pela exclusão do padrão de consumo da comunidade. Dessa maneira, a definição que cada sociedade dá à

pobreza não deixa de ser uma “norma social de decência mínima” e está diretamente ligada ao estilo de vida com o qual esta se identifica; para o membro individual dessa sociedade, a adesão a esse estilo de vida é uma condição necessária para sua aceitação enquanto membro.

O indivíduo, além de ser aceito, busca a distinção dentro da classe social ou de um grupo mais reduzido de “vizinhos”. Da mesma maneira, o mecanismo de distinção social prevalecente é a renda auferida pelo indivíduo que, supostamente, expressa o valor que a sociedade atribui a seus serviços. No entanto, esse símbolo necessita tornar-se público e o faz através da adoção de um padrão de gasto.

Se considerarmos que o ordenamento social não é estático e que os movimentos que ocorrem em seu interior resultam em um jogo de soma zero, no sentido de que quando alguém eleva sua posição social, necessariamente alguém precisa ter decaído, fica então claro que não há um limite para o aumento competitivo do consumo conspícuo dos participantes deste jogo, tomados em seu conjunto dentro da sociedade.

Para finalizar sua exposição lógica, Scitovsky vai se utilizar de um outro argumento, também fortemente baseado na Psicologia, para a explicação dos “bens posicionais”. É a transformação de nosso padrão de consumo em hábito, no sentido literal da palavra e, como tal, a grande dificuldade de abandoná-lo.

“Presumiblemente adoptamos algunas de estas comodidades porque contribuían a nuestro bienestar; en otros casos, quizá experimentamos por primera vez las comodidades imitando los hábitos de consumo de otras personas o por mera curiosidad y luego nos habituamos a ellas; ahora continuamos con todas estas comodidades, no tanto por la satisfacción que generan, como para evitar el dolor de renunciar a un hábito o interrumpirlo.” (pp. 138)

Na realidade, esse hábito pode ser traduzido por um sentimento de adicção. Os psicólogos vêm considerando a adicção como um fenômeno psicológico quase universal, presente na maioria dos atos conscientes e inconscientes humanos deixando, dessa forma, de ser considerado uma patologia em toda sua gradação. Scitovsky percebe no consumo conspícuo uma adicção social que impele a sociedade a um comportamento repetitivo e desprovido de “objeto”, de um sentido lógico. Para o autor o desejo do consumidor de drogas não é qualitativamente distinto do desejo de uma pessoa comum continuar consumindo o que, e no ritmo que, habitualmente costuma.

“Después de algún tiempo, la posición social cesa de producir satisfacción porque se da por sentada, pero su pérdida puede causar gran dolor. El esfuerzo de la gente por mantener su posición

social parece explicarse mejor por su deseo de evitar el dolor de los síntomas de retiro que por su deseo de alguna satisfacción positiva.” (pp. 145)

CAPITULO 3

RAZÃO E MEIO AMBIENTE

No capítulo anterior, discutimos a racionalidade econômica em sua forma mais paupável de expressão, o padrão de consumo, e seu significado social, inscrito na correlação com bem-estar-social e individual.

No entanto, não é apenas no padrão de consumo que a racionalidade econômica expressa sua incompatibilidade com uma sociedade ecologicamente viável. O contrato social conformado por essa racionalidade impele a sociedade ao cultivo de regras jurídicas, sociais e culturais que incorporam a filosofia utilitarista e imediatista da lógica econômica nos parâmetros de tomadas de decisões e na formação do conhecimento das sociedades modernas.

Para a teoria econômica, prevalece o pressuposto de que não existem danos sociais ou ecológicos irreparáveis, que não possam ser compensados posteriormente através de um novo preço de produção, que reintegre as "externalidades". Tudo pode ser mensurado monetariamente, e avaliado através de uma função de "custo-benefício".

No entanto, a revolução tecnológica e científica, conjuntamente com o padrão de expansão econômica da sociedade contemporânea, conferem ao homem um poder infinito. De uma forma, inimaginável há um século atrás, o homem se depara detentor de um poder de destruição incomparável. Pela primeira vez o homem se percebe capaz de estancar toda a vida terrestre e a sua própria, enquanto espécie.

Todo esse poder lhe confere uma responsabilidade infinita sobre suas decisões e os parâmetros que as guiam. É nesse repensar da sociedade, incentivado pela crise ecológica e pela catástrofe iminente que representa, que surgem as discussões sobre as obrigações sociais e a filosofia política de segurança presentes em nossa sociedade, bem como o embasamento cientificista que os direcionam.

François Ewald é um autor que, imbuído dessa preocupação, vai discutir os parâmetros institucionais que orientam as decisões na sociedade contemporânea com a finalidade de jogar um pouco de luz sobre a necessidade de novos parâmetros no contexto atual de incerteza frente ao "nosso

futuro comum". Ewald ilustra sua discussão através de uma retomada histórica da evolução da filosofia do direito nos séculos XIX e XX, recuperando o contrato social que contextualiza essas relações jurídicas. Dessa maneira, ele consegue apontar para um novo princípio orientador, compatível com uma sociedade que passa a ter percepção de sua fragilidade frente a algumas questões extremamente controvertidas e cercadas de incertezas, que podem significar danos irreversíveis à sociedade como um todo.

O século XIX é guiado por um paradigma político-jurídico que o autor chama de *Paradigma da Responsabilidade*, que tem por fundamento a moral e a vontade, numa acepção liberal dos termos; em contraste com o século XX onde prevalece as obrigações e deveres legais, institucionalizadas num Estado forte e intervencionista, embasado num *Paradigma da Solidariedade*. O foco, no entanto, é o novo paradigma que vem se instalando desde o último quartil do século XX, onde se configura a necessidade de um retorno à decisão política soberana, baseada muito mais numa atitude ética e moral, num âmbito coletivo, frente à reavaliação das certezas científicas que imputavam as responsabilidades e direcionavam as ações humanas no paradigma anterior.

O século XIX é caracterizado pela filosofia liberal, cuja estrutura teórica toma o indivíduo como a unidade do pensamento e a vontade e virtudes pessoais como os nexos causais que costuram a vida em sociedade em todas as suas implicações e riscos. O interesse individual, acentuado por uma competição interpessoal, seria o combustível da sociedade capitalista, reconhecida por seu caráter progressista, no sentido de uma elevação constante do padrão de vida e do bem-estar social.

Sobre essa filosofia o homem é o único responsável por sua sorte, não há espaço para a noção de vítima. O homem, dotado de sua racionalidade, possui a faculdade de antever as consequências de seus atos, baseado em suas experiências anteriores ou nas experiências tidas por seus próximos. Sobre esse paradigma a maior virtude é a *previdência*. Danos imprevistos são tidos, em primeira instância, como frutos de uma falta humana, de sua falta de previdência.

As regras de convívio social, do bom funcionamento ideal da sociedade, pode ser expresso pelo credo liberal escrito por Adolphe Thiers em 1850, e citado por Ewald em seu texto: "Le principe fondamental de toute société, c'est que chaque homme est chargé de pouvoir lui-même à ses besoins et à ceux de sa famille, par ses ressources acquises ou transmises. Sans ce principe toute activité cesserait dans une société, car si l'homme pouvait compter sur un autre travail que le sien pour subsister, il s'en reposerait volontiers sur autrui de soins et des difficultés de la vie" (pp.100)

Esse princípio evoca uma atitude do homem de providência em relação a si próprio e de "bem-fazer", em relação aos outros, como a maior virtude e também chave para o progresso da sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, esse princípio deixa o homem numa posição extremamente frágil diante dos acontecimentos imprevistos e desastrosos da vida social, diante dos quais ele arca integralmente com todas as consequências.

O século XX assiste ao nascimento de um novo contrato social, baseado em um princípio de solidariedade que enfatiza a responsabilidade social diante desses acontecimentos imprevistos, porém probabilisticamente mensuráveis.

Este é o século das ciências sociais, que reconhecem que a compreensão dos fatos sociais não pode ser auferido de forma direta dos atos individuais. É reconhecido que o coletivo possui uma lógica própria e distinta da lógica individual.

As ciências naturais também assistem a um grande avanço nesse período. A sociedade compartilha da utopia científica de que possui o domínio de si mesma, onde o saber adquire o controle absoluto sobre o poder. É o fim da subjetividade da decisão política.

Esse novo paradigma se constrói sobre o reconhecimento de que existe uma recorrência previsível dos acidentes sociais, que podem ser mensurados probabilisticamente, graças aos avanços dos instrumentos científicos que elucidam toda a cadeia causal dos riscos da vida social. Os acidentes passam a ser percebidos como frutos da própria convivência social, não mais como uma falta individual.

A responsabilidade legal e social é reconhecida como uma construção social. O responsável é, simplesmente, aquele que terá de arcar com os prejuízos do acontecimento, por ter sido considerado justo por esta sociedade que assim o fosse.

Ao mesmo tempo, a construção de mecanismos sociais de prevenção e indenização das vicissitudes da vida tenta amenizar a fragilidade do homem, pulverizando os riscos inerentes entre todos os participantes da sociedade.

No último quartil do século XX, entretanto, as limitações do paradigma de solidariedade se tornam cada vez mais visíveis, no que tange ao padrão de ação da sociedade frente às questões que envolvem alto grau de incerteza.

A crise ambiental que estamos enfrentando, bem como os vários acidentes sociais marcantes deste século XX, trazem novas questões para a sociedade moderna referente aos parâmetros que guiam suas atitudes e sua lógica de ação.

O reencontro do homem moderno com a possibilidade, cada vez mais presente, de catástrofes ambientais que, no entanto, imobiliza toda a comunidade científica por conta das grandes controvérsias que envolvem essa problemática, traz consigo a necessidade de um repensar sobre a segurança trazida pela utopia científica.

A presença do risco absoluto, representada por uma catástrofe ecológica, envolvendo toda a coletividade, conforma a necessidade de uma atitude de *precaução* que cerceie as tomadas de decisão. A precaução que, tomada por princípio, vise um desenvolvimento sustentável da sociedade, que objetive a satisfação das necessidades de desenvolvimento das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas. Dessa maneira, o paradigma de solidariedade em que se baseou todo o século XX necessita uma alteração tal em sua natureza, que aprofunde a identificação entre as várias sociedades e, mais que isso, com as sociedades futuras.

É nesse sentido que autores como Romeiro (2000) argumentam que somente uma atitude de altruísmo diacrônico e sincrônico da sociedade moderna seria compatível com um novo princípio orientador das ações humanas, com um *Princípio de Precaução*.

Os documentos do encontro mundial do Rio de Janeiro, em 1992, citado por Ewald, definem a precaução como a atitude que consiste "...à prévenir les dégradations sérieuses ou irréversibles à l'environnement par une modification de la production, de la vente ou de l'utilisation de produits, de services ou de types d'activité, et cela selon une approche scientifique et technique." (pp. 110)

No entanto, o princípio de precaução não se limita à questão ambiental, mas a qualquer tomada de decisão em situação de incerteza. A incerteza científica e a eventualidade de danos graves e irreversíveis são o contexto de uma atitude de precaução.

Um ambiente de incerteza é diverso de um ambiente de risco porque este último pode ser mensurado, a despeito de não se poder afirmar com certeza sobre sua ocorrência, enquanto sobre um ambiente de incerteza se desconhece tanto os nexos causais que levam à ocorrência, quanto a amplitude e a realidade dos danos consequentes.

É nesse ambiente de incerteza, que envolve as questões ambientais mais significativas e de amplitude global, que a Ciência tem falhado em dar respostas satisfatórias.

Através da análise de Giddens (1991) sobre a formação do conhecimento na sociedade moderna, e a consequente transformação da percepção social do risco, podemos compreender melhor nosso padrão de enfrentamento de questões que envolvem um alto grau de incerteza.

Giddens parte de um conceito de conhecimento reflexivo em seu desenvolvimento teórico, síntese da relação de mútua dependência entre ciência e objeto de estudo. Com um olhar quase antropológico, sua análise nos remete a uma epistemologia da relatividade do conhecimento científico.

A própria escolha e delimitação do objeto de estudo da ciência é fruto de uma estrutura sócio-cultural vigente. No entanto, o desenvolvimento do estudo desse objeto, por meio dos canais de propagação do conhecimento científico, confere-lhe o poder de mudar a sociedade. Existe, portanto, um efeito de mão-dupla: o objeto de conhecimento, ao mesmo tempo que influencia, é influenciado pelo estado da ciência.

Num mesmo sentido, a tendência contemporânea de compartimentalização da Ciência em ramos de conhecimento cada vez mais específicos (os grandes sistemas abstratos e peritos) traz consigo a perda de uma visão mais geral, por parte da sociedade, do caminho exato e "líquido" do progresso científico.

Os sistemas peritos possuem um papel fundamental na formação da credibilidade social dos princípios básicos da Ciência, enquanto verdades irrefutáveis sobre as quais são construídas as novas proposições científicas. A compartimentalização do conhecimento acaba por esconder da comunidade leiga as grandes divergências no interior de sua estrutura e, dessa maneira, as incertezas e as vulnerabilidades às falhas aos quais as bases científicas estão submetidas.

"...A natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo de confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos" (pp. 87) e a "...fidedignidade conferida pelos atores leigos a esses sistemas peritos não é apenas uma questão - como era normalmente o caso no mundo pré-moderno - de gerar uma sensação de segurança a respeito de um universo de eventos independentemente dado. É uma questão de cálculo de vantagem e risco em circunstâncias onde o conhecimento perito simplesmente não proporciona esse cálculo mas na verdade *cria* (ou reproduz) o universo de eventos, como resultado da contínua implementação reflexiva desse próprio conhecimento." (pp.88)

Dessa forma, a percepção social do risco, ou da situação de risco, é também fruto da produção do conhecimento dos conceitos, das teorias e das descobertas em nossa sociedade. Longe, portanto, da neutralidade e racionalidade pretendida pela utopia científica da sociedade contemporânea, a Ciência, e a formação do conhecimento em si, são instituições inseridas num contexto sócio-cultural e que evoluem com este contexto.

Quanto às questões que envolvem alto grau de incerteza, Giddens percebe na sociedade contemporânea um padrão de reação que, em conformidade com a racionalidade empiricista da Ciência "moderna", tenta esconder a fragilidade humana diante dos acontecimentos que colocam em risco sua existência enquanto espécie.

No tratar de questões que envolvem baixa probabilidade e riscos de graves consequências, a reação do homem parece ser o despertar de um senso de fortuna e destino próximo à perspectiva pré-moderna, que acaba por levá-lo à inação diante do controvertido, dentro de seu padrão científico.

Nas palavras do autor: "Um senso de "destino", de tonalidade positiva ou negativa - uma vaga e generalizada sensação de confiança em eventos distantes sobre os quais não se tem controle - alivia o indivíduo do fardo do engajamento numa situação existencial que poderia de outra forma ser cronicamente perturbadora. O destino, uma sensação de que as coisas vão seguir, de qualquer forma, seu próprio curso, reaparece assim no centro de um mundo que se supunha estivesse assumindo controle racional de suas próprias questões." (pp. 134)... "Quanto maior for o perigo, mensurado não em termos de probabilidade de ocorrência mas em termos de sua ameaça generalizada à vida humana, mais inteiramente confratual ele é. Os riscos envolvidos são necessariamente "irreais", porque só poderíamos ter clara demonstração deles se ocorressem eventos que não são demasiado terríveis de contemplar" (pp. 135)

Confirmando esse fenômeno, presenciamos modernamente uma acentuação da incerteza devida a grande velocidade com que a Ciência tem trocado de paradigma. Presenciamos uma Ciência que passa a se interrogar menos pelos saberes que ela propõe que pelas dúvidas que ela insinua.

Nesse ambiente contraditório em que convivem uma utopia cientificista, que pretende um domínio e controle de si mesma e da sociedade, e as constantes controvérsias sobre os princípios científicos, acentua-se a necessidade e a tendência ao retorno da decisão política soberana no direcionamento das ações humanas cercadas de alto grau de incerteza quanto à suas consequências sociais.

O reencontro com o irreparável faz surgir uma nova noção de responsabilidade que se baseia menos na determinação de quem deve suportar os danos sofridos ou a indenização a proceder, que o julgamento do posicionamento pré-fato, pré-consciência.

O Princípio de Precaução viria permear a decisão política, conferindo-lhe uma ética de ação. Nas palavras de Romeiro (2000): "The precautionary principle emerges, thus, out of this new context in which scientific uncertainty undermines the solidarity principle based on prevention, transforming the

moral of individual providence into an ethic of collective action. The precautionary principle represents an important institutional device for societies to handle with this sort of problems and, specially, with the global environmental ones that have the potencial to cause catastrophic irreversible losses but which, in turn, can not be estimated in probabilistic terms. It offers a way to deal with the bargain between real economic costs in the short run and virtual benefits expected from the prevention of uncertain environmental losses in the long run." (pp. 15)

Ewald argumenta que o Princípio de Precaução é a consagração da *hipótese do pior*. As decisões tomadas sobre determinada base de conhecimento teriam de levar em consideração todas as hipóteses sobre os rumos dos resultados dessas decisões. As possibilidades mais remotas e, sobretudo as de consequências mais graves, devem ser seriamente analisadas. Sobre ambientes de incerteza não existem absurdos.

Sobre um determinado paradigma científico, o absurdo se configura em qualquer meio de saber que não esteja compreendido em seu interior. Dessa maneira, a precaução exige uma democratização científica, através do reconhecimento das opiniões marginais do paradigma científico vigente e maior acesso da população leiga ao fluxo de informações, incentivando um envolvimento mais ativo na definição da atitude de menor risco.

O reconhecimento dessa relatividade do saber significaria uma mudança na imputação da responsabilidade individual e social.

"La science accroît nos pouvoirs et nos capacités sans reduire l'incertitude qu'elle génère. Il y a un risque nécessaire de l'imprévisible. Dans cette distance retrouvée entre pouvoir et savoir, connaissance et conscience, science et morale, s'inscrivent la possibilité et la nécessité d'une éthique de la science et naissent ces problèmes de décision et de responsabilité inédits que nous essayons de prendre en compte avec l'hypothèse de précaution." (pp. 117, 118)

No campo do direito, as implicações da hipótese de precaução seria a saída da lógica tradicional do respeito a um saber disponível. Sobre essa lógica tradicional, o sancionamento segue um princípio de não-retroatividade, o que implica que uma ação só pode ser julgada segundo um parâmetro se ela ocorreu depois da instituição desse parâmetro.

A restauração da dúvida sobre o estado do conhecimento instaurado, exige um outro parâmetro de referência para o direito moderno. As sanções passariam a recair sobre as decisões tomadas através do julgamento do posicionamento anterior à ocorrência do fato. O fato em si deixa, portanto, de ser o objeto de referência e instrumento para as sanções. Como estamos nos reportando a danos sociais de

grande amplitude, a sanção deixa de representar a denominação de quem irá suportar os prejuízos do acidente, que atingem a sociedade como um todo.

A culpa toma um novo sentido na estrutura do direito moderno, distinto de seu significado na filosofia do século XIX, que passa a estar vinculado a uma atitude de precaução diante do desconhecido, e também do conhecido, num reconhecimento das limitações da visão de um paradigma científico. É o reinado da *hipótese do pior* no âmbito das questões duvidosas, exigindo um comportamento de abstenção.

Como podemos observar, o Princípio de Precaução se configura como um fator limitante da inovação num quadro de progresso sem ruptura. Se configuraria como um fator contra-revolucionário se pensarmos nos critérios extremamente complexos que se extrai de seu conceito, critérios esses que balizam o desenvolver das decisões humanas em todo seu âmbito.

O Princípio de Precaução é um conceito novo no campo das ciências humanas que, como tal, ainda se encontra em fase de conformação de seu significado, gerando muitas discussões teóricas, de extrema importância para sua consolidação enquanto princípio.

Sua característica contra-revolucionária tem sido muito acentuada nas discussões sobre as implicações de sua adoção como parâmetro decisório. Muitos autores argumentam que o risco da precaução é conduzir a uma inação humana que também poderia ser extremamente prejudicial ao desenvolvimento da sociedade.

O Princípio de Precaução requer auto-regulação e uma maior elucidação de suas bases teórica-conceituais, que possibilitem a sua aplicação de fato, sem perder de vista seu objetivo de servir de instrumento institucional para a promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade moderna, cuja racionalidade econômica, na sua forma atual, se configura incompatível com tal intuito.

CONCLUSÃO

Este trabalho tem como pressuposto uma visão não otimista com relação à compatibilização do sistema sócio-econômico moderno com uma sociedade ecologicamente viável. Na realidade, toda a estruturação do trabalho intenta à conclusão de que o enfrentamento efetivo da crise ambiental exigiria não menos que uma revolução do sistema capitalista de produção e das relações sociais que o acompanha.

A motivação por trás do segundo capítulo foi, além de afirmar a essencialidade para o meio-ambiente da mudança do padrão de consumo ocidental, a de demonstrar que o consumo, longe de significar apenas aquisição, apresenta-se como a lógica da sociedade capitalista, que tem na contínua criação de necessidades sua forma de reprodução e sobrevivência enquanto tal.

Discutiu-se a formação de uma sociedade que tem na aquisição material o principal símbolo de identificação social, cujo ambiente de emulação leva ao incremento do consumo dos “bens posicionais”, com consequências psico-sociais danosas para os indivíduos. Ficou fora do escopo deste trabalho a questão muito complexa dessa problemática, referente às relações internacionais de poder nesse ambiente de emulação, incrementado pelo “efeito demonstração”, e as implicações para a crise ecológica.

O conceito de desenvolvimento sócio-econômico adotado pela comunidade internacional se baseia no estilo de vida e na afluência material dos países europeus e norte-americanos. O desenvolvimento ocupa lugar de destaque no pensamento econômico moderno que, por influência de sua corrente dominante, o considera como resultando automaticamente do crescimento econômico.

A utopia capitalista moderna consiste na generalização mundial do padrão de consumo dos países ocidentais afluentes. No entanto, é ecologicamente impensável toda a população do globo terrestre produzindo, por exemplo, o mesmo nível de lixo que produz um americano médio.

Trabalhamos com a hipótese de uma barreira absoluta, representada pelo meio-ambiente, ao crescimento econômico. Essa realidade poderia, por si só, representar uma revolução no pensamento econômico e no conceito de desenvolvimento. Os países desenvolvidos teriam que caminhar para a situação que Daly (1989) denomina de economia do estado estacionário (EEE).

Essas transformações exigiriam, portanto, a mudança da própria lógica da sociedade capitalista. Exigiria que o princípio de concorrência, que orienta a sociedade ocidental, fosse trocada por um

princípio de solidariedade que imputasse um novo conceito de responsabilidade social e ampliasse a visão global dos atos e decisões humanas.

Alguns autores acreditam que a conformação desse princípio solidário seria uma consequência natural de nosso desenvolvimento, fruto de nossa tendência à constantes revoluções tecnológicas, que libertam o homem de sua luta diária pela sua sobrevivência. Os defensores da “sociedade pós-industrial”, descendentes do americano Daniel Bell, acreditam que a tecnologia viria salvar o homem da alienação do trabalho na sociedade capitalista e, dessa maneira, transformar a natureza das relações sociais dessa sociedade. Nessa visão, um incremento do tempo livre de trabalho seria compatível com uma sociedade que reaprenderia a utilizar seu tempo, retomando o gosto por atividades carregadas de um nível maior de satisfação e imaterialidade. A solidariedade construtiva e a valorização do autodesenvolvimento e do saber, características dessa sociedade ideal, teriam como consequência o renascer de uma sociedade viável, que se preocupa mais com as questões sociais e ambientais.

Procuramos mostrar, no entanto, que isso não é possível, na medida em que a lógica capitalista penetra cada vez mais o território do tempo livre, subjulgando-o, e não o contrário, como prega os idealistas da “sociedade pós-industrial”. Esta mudança da racionalidade econômica exige um nível de solidariedade de natureza e amplitude diversa da suposta solidariedade decorrente da evolução da base tecnológica e da produtividade da sociedade contemporânea.

A natureza da crise ambiental que temos enfrentado, que consiste na percepção dos efeitos globais das ações e decisões humanas “individuais”, talvez ofereça os subsídios necessários à conformação desse princípio solidário que supostamente revolucionaria a lógica de nossa sociedade. Um princípio solidário que exige um nível de identificação e altruísmo que transcende espaço e tempo e que decorre de uma conscientização da preemência ambiental e de uma clareza de que o tempo da natureza difere do tempo das instituições, demandando urgência nas mudanças das ações humanas.

BIBLIOGRAFIA:

- ABRAMOVITZ, M. *Thinking about growth*. Estados Unidos: Cambridge University Press, 1989.
- DALY, H. E. *La Economía en Estado Estacionario: Hacia una economía política del equilibrio biofísico y el crecimiento moral*. In: GALY, H. E., org. *Economía, Ecología, Ética*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DUPUY, J. P. *Introdução à Crítica da Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- EWALD, F. *Le retour du malin génie: Esquisse d'une philosophie de la précaution*. In: GODARD, O., org. *Le principe de précaution dans la conduite des affaires humaines*. Paris: Editions de la Maison de Science de l'Homme; Institut National de la Recherche Agronomique, 1997.
- FRIEDMAN, J. *Consumption and Identity*. Switzerland: Harwood Academic Publishers, 1994.
- GALBRAITH, J. K. *A Sociedade Afluente*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1972.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GORZ, A. *Capitalisme, Socialisme, Ecologie: Désorientations, Orientations*. France: Editions Galilée, 1991.
- GORZ, A. *Ecology as Politics*. Great Britain: Pluto Press, 1983.
- MISHAN, E. J. *El crecimiento de la Abundancia y la Disminución del Bienestar*. In: GALY, H. E., org. *Economía, Ecología, Ética*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ROMEIRO, A. R. *Desenvolvimento Sustentável e Mudança Institucional: notas preliminares*. Campinas: UNICAMP.IE, 1999. (Texto para discussão, 68)
- ROMEIRO, A. R. *Sustainable Development and Institutional Change: the Role of Altruistic Behaviour*. Stockholm: II International Conference in Environment and Development, Beijer Institute/Royal Swedish Academy of Science, September 2000.
- SCITOVSKY, T. *Frustraciones de la Riqueza: la satisfacción humana y la insatisfacción del consumidor*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.